

NEWSLETTER

Nov 25

T R I B U T O À R I A

CESCONBARRIEU



CENTRO DE INTELIGÊNCIA JURÍDICA

EDITORIAL

Ao longo de novembro, a pauta tributária ganhou definições importantes — da legislação ao contencioso — trazendo alguma clareza sobre o que contribuintes devem esperar para o início de 2026, muito embora ainda persistam diversas incertezas.

A Lei 15.270/2025, foi sancionada, instituindo a tributação dos dividendos para pessoas físicas e não-residentes, alterando um paradigma de isenção dos dividendos depois de quase 30 anos.

A Lei nº 15.265/2025 instituiu o REARP, permitindo a regularização patrimonial de pessoas físicas e jurídicas, além de ajustar a tributação de operações financeiras, limitar compensações e alterar regras de hedge com contrapartes no exterior.

No âmbito da Reforma Tributária, avançou a discussão sobre a inclusão do IBS e da CBS na base do ICMS durante a transição, com tendência favorável aos contribuintes em 2026. O Comunicado Conjunto CG-IBS/RFB nº 01/2025 consolidou orientações sobre obrigações principais e acessórias, incluindo notas fiscais, aplicáveis a partir de janeiro.

No STF, o debate sobre possível caráter confiscatório das multas por obrigações acessórias (Tema 487) segue sem definição, enquanto a conclusão do Tema 1.440 fixou a natureza infraconstitucional da tributação de stock options, reforçando o entendimento do STJ pela natureza mercantil do instituto.

A IN RFB nº 2.290/2025 ampliou as exigências relacionadas ao e-BEF, com impactos operacionais relevantes para 2026. Já a Portaria RFB nº 602/2025 trouxe novidades para os julgamentos administrativos, reduzindo limites para julgamentos monocráticos na DRJ e expandindo o escopo de processos analisados por julgamento colegiado.

No CARF, decisões recentes abordaram a incidência de IOF em conta corrente entre empresas, a não incidência de CIDE em contratos de cost sharing e a dedutibilidade de perdas não técnicas no setor elétrico.

Encerramos novembro com um conjunto de definições que reforçam a importância do acompanhamento contínuo e da revisão das estratégias tributárias para o próximo ano.

SUMÁRIO

LEGISLATIVO

04

SANCIONADA A LEI 15.270, QUE ALTERA A TRIBUTAÇÃO DOS DIVIDENDOS

APROVADO PROJETO QUE CRIA REGIME DE REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL, AJUSTA A TRIBUTAÇÃO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS, E RETOMA MEDIDAS ENVOLVENDO PIS E COFINS

ESTADOS SE POSICIONAM SOBRE A INCLUSÃO DO IBS E CBS NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS

COMITÊ GESTOR DO IBS E RECEITA FEDERAL DIVULGAM ORIENTAÇÕES SOBRE A ENTRADA EM VIGOR DA CBS E DO IBS EM JANEIRO DE 2026

NOVAS ALTERAÇÕES NA NOTA FISCAL DE SERVIÇO PARA INCLUSÃO DA LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

RFB PUBLICA NOVAS REGRAS PARA O FORMULÁRIO DIGITAL DE BENEFICIÁRIOS FINAIS E AMPLIA EXIGÊNCIAS PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO

PORTARIA RFB Nº 602/2025 - RITO MONOCRÁTICO DAS DRJS PASSA A SER RESTRITO A PROCESSOS DE ATÉ 60 SALÁRIOS-MÍNIMOS E OUTROS AJUSTES PROCEDIMENTAIS

JURISPRUDÊNCIA

10

TRIBUNAIS SUPERIORES

RE 640.452 (TEMA 487) – MULTAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

ARE 1.540.517 (TEMA 1.440) – TRIBUTAÇÃO DE STOCK OPTIONS PELO IRPF

AUTORREGULARIZAÇÃO INCENTIVADA – RECURSO ESPECIAL Nº 2.236.290/RJ - SEGUNDA TURMA DO STJ

PRAZO PRESCRICIONAL PARA A UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS RECONHECIDOS POR DECISÃO JUDICIAL – RECURSO ESPECIAL Nº 2.178.201/RJ - SEGUNDA TURMA DO STJ

CARF

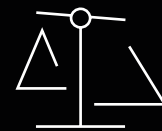
INCIDÊNCIA DE IOF SOBRE OPERAÇÕES DE CONTA CORRENTE ENTRE EMPRESAS: DIVERGÊNCIA NO CARF

CARF AFASTA CIDE EM ACORDOS DE COST SHARING COM O EXTERIOR

PROCESSOS Nº 15746.720296/2020-94 E Nº 13896.720077/2020-66 – PERDAS NÃO TÉCNICAS – DEDUÇÃO INDEPENDE DE LIMITE REGULATÓRIO DA ANEEL

PROCESSO Nº 10340.720654/2023-51 – EFD-CONTRIBUIÇÕES – TURMA AFASTA EXIGÊNCIA DE RETIFICAÇÃO PARA CRÉDITO EXTEMPORÂNEO DE PIS/COFINS

PROCESSO Nº 15746.727173/2022-46 - CRÉDITO DE PIS/COFINS – CUSTOS COM GARANTIAS EM MONTADORAS SÃO CONSIDERADOS ESSENCIAIS



LEGISLATIVO

SANCIONADA A LEI 15.270, QUE ALTERA A TRIBUTAÇÃO DOS DIVIDENDOS

Foi sancionada a Lei nº 15.270/2025, oriunda do Projeto de Lei nº 1.087, instituindo mudanças significativas na tributação da renda de pessoas físicas e não-residentes, incluindo alíquota de 10% sobre dividendos e o IRPF Mínimo. Com vigência a partir de janeiro de 2026, a norma exige ações imediatas dos contribuintes ainda em 2025.

O Cescon Barrieu elaborou os seguintes Informas tratando do tema, leia na íntegra:

CLIQUE E ACESSE

⇒ **SANCIONADA A LEI QUE ESTABELECE A TRIBUTAÇÃO DOS DIVIDENDOS**

⇒ **IRPFM EM FOCO: ENTENDA TODOS OS DETALHES SOBRE AS MUDANÇAS**

APROVADO PROJETO QUE CRIA REGIME DE REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL, AJUSTA A TRIBUTAÇÃO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS, E RETOMA MEDIDAS ENVOLVENDO PIS E COFINS

Em 21 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.265/2025, trazendo um conjunto de medidas voltadas ao equilíbrio fiscal e à compensação de receitas, retomando inclusive parte das disposições originalmente previstas na Medida Provisória nº 1.303/2025, cuja eficácia havia se encerrado em outubro.

Destacam-se as seguintes previsões da nova Lei:

- **Instituição do REARP** – Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial, que autoriza a atualização a valor de mercado e regularização da declaração de determinados bens e direitos (no Brasil ou no exterior), por pessoas físicas e jurídicas. Possibilita o pagamento de tributos em condições específicas, com alíquotas reduzidas e tributação definitiva sobre os acréscimos patrimoniais, e prevê a possibilidade de remissão de créditos tributários decorrentes do descumprimento de obrigações tributárias, e de extinção da punibilidade de certos crimes contra a ordem tributária.
- **Tributação de operações de empréstimo de títulos e valores mobiliário** – Determinando as regras sobre remuneração do prestador e o reembolso de proventos e os resultados auferidos pelo tomador.
- **Limitação das compensações tributárias** – Alteração da Lei nº 9.430/1996, para estabelecer que não serão consideradas declaradas as compensações quando o crédito decorrer de pagamento indevido com fundamento em documento inexistente ou quando o crédito não guardar relação com a atividade da empresa, excetuando-se os casos de transformação, incorporação ou fusão societária.
- **Ajustes às regras de hedge com contrapartes no exterior** – Alteração da Lei nº 9.430/1996, determinando a inclusão dos resultados líquidos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real. A dedutibilidade de resultados negativos passa a ser condicionada ao atendimento de critérios específicos de contratação, registro e precificação, em consonância com as normas de preços de transferência e com as exigências de transparência do mercado.

ESTADOS SE POSICIONAM SOBRE A INCLUSÃO DO IBS E CBS NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS

Uma das discussões que vem ganhando destaque na implementação da Reforma Tributária refere-se à inclusão do IBS e da CBS na base de cálculo dos tributos vigentes durante o período de transição, na medida em que, tanto a Emenda Constitucional nº 132/2023 quanto a Lei Complementar nº 214/2025, não trataram do tema.

Para o ano de 2026, em que será aplicada uma alíquota teste de 1% (0,9% CBS / 0,1% IBS), alguns Estados já manifestaram entendimento de que IBS e CBS não comporão a base de cálculo do ICMS:

Pernambuco – Resolução de Consulta nº 39/2025

- Publicou consulta formal afirmando, com base na Lei Kandir, que o IBS e a CBS integrariam a base de cálculo do ICMS a partir de 2026.
- Contudo, posteriormente, o Estado emitiu uma Nota Explicativa esclarecendo que, excepcionalmente em 2026, tais valores não devem compor a base de cálculo do ICMS.

Distrito Federal – Solução de Consulta nº 23/2025

- O IBS e a CBS não integram a base de cálculo do ICMS em 2026, ressaltando que esse posicionamento poderá ser revisto caso sobrevenha disposição legal expressa em sentido diverso.

São Paulo – Resposta à Consulta Tributária nº 32.303/2025

- IBS e a CBS não compõem a base de cálculo do ICMS em 2026.
- A partir de 2027 deverá ocorrer a inclusão dos tributos, justificando-se pela potencial perda de arrecadação e pelo precedente do Tema 1.231 do STJ, que tratou da inclusão do PIS e da COFINS na base de cálculo do ICMS.

A não inclusão dos novos tributos da base de cálculo do ICMS está em linha com a Nota Técnica nº 2025.002-RTC, que esclareceu que, por se tratar de um período de testes, o valor do IBS e da CBS não deverá compor o valor do item na Nota Fiscal durante o exercício de 2026.

Contudo, a partir de 2027, há uma tendência de inclusão da CBS e do IBS na base de cálculo dos tributos em vigor, conforme Resposta à Consulta Tributária nº 32.303/2025 publicada por São Paulo (outros Estados devem seguir o mesmo entendimento).

COMITÊ GESTOR DO IBS E RECEITA FEDERAL DIVULGAM ORIENTAÇÕES SOBRE A ENTRADA EM VIGOR DA CBS E DO IBS EM JANEIRO DE 2026

O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) publicou o Comunicado Conjunto CG-IBS/RFB nº 01/2025, em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB), com orientações oficiais sobre o início da vigência da CBS e IBS, conforme previsto na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023.

O documento apresenta esclarecimentos sobre as obrigações principais e acessórias aplicáveis aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2026, data que marca o início do período de testes dos novos tributos previstos na Reforma Tributária do Consumo.

Entre as principais orientações divulgadas, destacam-se:

- **Emissão de documentos fiscais eletrônicos** – A partir de 2026, as principais notas e documentos fiscais (NF-e, NFC-e, CT-e, NFS-e, NF3e, BP-e, entre outros) deverão ser emitidos com destaque da CBS e do IBS, conforme as Notas Técnicas que serão publicadas.
- **Declarações e leiautes** – Os novos modelos e declarações, como a DeRE, terão seus layouts e prazos de vigência definidos em atos conjuntos da RFB e do CGIBS.
- **Plataformas digitais** – Será instituído um padrão nacional de envio de informações por plataformas digitais, a ser detalhado em ato próprio.
- **Pessoas físicas contribuintes** – A partir de julho de 2026, pessoas físicas sujeitas à CBS e ao IBS deverão obter CNPJ exclusivamente para fins cadastrais.
- **Dispensa de recolhimento em 2026** – Durante o período de testes, os contribuintes que cumprirem as obrigações acessórias estarão dispensados do recolhimento dos tributos.
- **Fundos de compensação** – Contribuintes titulares de benefícios onerosos de ICMS poderão solicitar habilitação para futuras compensações por meio do e-CAC, seguindo instruções que serão detalhadas em ato normativo.

O comunicado ressalta que novas orientações serão publicadas à medida que avançarem as etapas de implementação da Reforma Tributária do Consumo, reforçando o caráter gradual e coordenado da transição entre os tributos atuais e os novos modelos de CBS e IBS.

NOVAS ALTERAÇÕES NA NOTA FISCAL DE SERVIÇO PARA INCLUSÃO DA LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Foram publicadas, em 21 de novembro de 2025, no Portal Nacional da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), novas versões da Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 005/2025 e do Anexo VI – Leiautes RN_RTC_IBSCBS – V1.02.00, que trazem alterações relevantes no layout da NFS-e em decorrência da implementação da Reforma Tributária do Consumo.

As atualizações afetam especialmente as operações de locação de bens móveis e imóveis, que passam a se sujeitar à NFS-e. Dentre as principais mudanças, destaca-se a criação do grupo “Informações de Operações de Locação de Bens Móveis”, aplicável exclusivamente a serviços de locação de bens móveis. Esse grupo deverá ser informado apenas quando o código de serviço (cTribNac) for 99.04.01 – “Locação de Bens Móveis”, sendo autorizado em ambiente nacional, independentemente da adesão do município ou da utilização de emissores públicos nacionais.

Outra alteração importante é a inclusão do grupo “gDedRedIBSCBS”, destinado ao registro das deduções e reduções da base de cálculo do IBS e da CBS relativas a operações de locação, cessão onerosa ou arrendamento de bens imóveis e serviços médicos. O valor informado nesse campo representará o montante dedutível para apuração dos tributos.

RFB PUBLICA NOVAS REGRAS PARA O FORMULÁRIO DIGITAL DE BENEFICIÁRIOS FINAIS E AMPLIA EXIGÊNCIAS PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO

A Receita Federal do Brasil (RFB) publicou, em 31/10/2025, a Instrução Normativa nº 2.290/2025, que altera a IN RFB nº 2.119/2022, reforçando o regime de identificação de beneficiários finais por meio do Formulário Digital de Beneficiários Finais – e-BEF. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2026 e estabelece que a apresentação do e-BEF será obrigatória de forma progressiva, devendo ser atualizada anualmente ou em até 30 dias sempre que houver alteração relevante no cadastro, como inscrição de CNPJ, mudanças no quadro de beneficiários finais ou dispensa da obrigação.

O descumprimento das novas exigências pode acarretar a suspensão da inscrição no CNPJ e impossibilitar que a entidade opere com instituições financeiras, incluindo movimentações bancárias, aplicações e obtenção de empréstimos. Além disso, a comprovação do e-BEF passa a ser requisito para a demonstração de regularidade fiscal perante a Receita Federal, reforçando o papel central desse documento no controle de transparência e no combate à lavagem de dinheiro.

A IN 2.290/2025 também introduz obrigações específicas para administradores de clubes e fundos de investimento, bem como para instituições financeiras distribuidoras de cotas. Essas entidades deverão reportar mensalmente informações detalhadas sobre o fundo — incluindo CNPJ, patrimônio líquido, cotistas e quantidade de cotas — e sobre cada cotista, com identificação, classificação, tipo e quantidade de cotas. Os dados deverão ser enviados até o quinto dia útil do mês subsequente via sistema Coleta Nacional no e-CAC, ampliando significativamente o nível de transparência exigido do setor.

PORTARIA RFB Nº 602/2025 - RITO MONOCRÁTICO DAS DRJS PASSA A SER RESTRITO A PROCESSOS DE ATÉ 60 SALÁRIOS-MÍNIMOS E OUTROS AJUSTES PROCEDIMENTAIS

A Receita Federal reduziu significativamente o limite de valor para julgamentos monocráticos nas Delegacias de Julgamento (DRJs), que passa a ser de 60 salários-mínimos (R\$ 91.080). Processos acima desse montante deverão, necessariamente, ser apreciados pelas Turmas Ordinárias, com possibilidade de recurso ao CARF. Antes da alteração, somente controvérsias superiores a mil salários-mínimos (R\$ 1,518 milhão) eram encaminhadas ao colegiado.

A Portaria RFB nº 602/2025 determina ainda que a nova regra deve ser aplicada retroativamente, alcançando recursos interpostos contra decisões monocráticas antes de sua vigência. Com isso, diversos processos poderão ser reavaliados sob o rito colegiado.

O normativo também promoveu ajustes procedimentais, como:

- Pautas de julgamento serão divulgadas com 10 dias corridos de antecedência;
- O detalhamento da pauta será publicado exclusivamente no DOU, deixando de constar no site da Receita;
- Sustentações orais deverão ser encaminhadas via e-CAC, até cinco dias úteis antes da sessão, substituindo o envio por formulário padrão.

Além disso, a portaria revisou regras aplicáveis a julgamentos repetitivos e reforçou a penalidade de perda de mandato para julgadores que deixarem de observar súmulas do CARF, ressalvada a possibilidade de distinção fundamentada.

JURISPRUDÊNCIA

TRIBUNAIS SUPERIORES

STF

RE 640.452 (TEMA 487) – MULTAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

O Supremo Tribunal Federal analisou, em 11 de novembro, no Plenário Virtual, a discussão sobre o caráter confiscatório das multas isoladas aplicadas pelo descumprimento de obrigação acessória. O julgamento foi suspenso porque não houve maioria absoluta para a formulação de tese, já que os ministros se dividiram em três correntes distintas. A definição final ainda será realizada em plenário físico, ocasião em que o Tribunal deverá harmonizar os diferentes entendimentos apresentados.

A primeira corrente, liderada pelo relator, ministro Luís Roberto Barroso, e acompanhada por Edson Fachin, André Mendonça e Gilmar Mendes, defendeu que a multa isolada não pode ultrapassar 20% do tributo devido ou potencial. Segundo esse entendimento, vincular a penalidade ao valor da operação pode resultar em multas superiores ao próprio tributo, violando a vedação constitucional ao confisco.

Em sentido diverso, o ministro Dias Toffoli abriu divergência, seguido por Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cármen Lúcia e Nunes Marques, propondo limites mais amplos: multa de até 60% quando houver tributo vinculado, podendo chegar a 100% em casos agravados, e multa limitada a 20% do valor da operação quando não houver tributo vinculado, ampliável a 30% com agravantes. Além disso, Toffoli estabeleceu um teto adicional atrelado à base de cálculo acumulada dos últimos doze meses e propôs a modulação dos efeitos para que a decisão só passe a valer após a publicação da ata do julgamento, preservando processos pendentes e fatos geradores sem multa paga.

A terceira corrente, apresentada pelo ministro Cristiano Zanin e acompanhada por Luiz Fux, admitiu multa de até 100% quando houver tributo vinculado e de até 30% nos casos sem base de cálculo estimável, mas restringiu sua tese ao fluxo doméstico de mercadorias sem

documentação fiscal adequada. Zanin também aplicou o princípio da consunção, segundo o qual a infração mais grave absorve as demais, e aderiu integralmente à modulação de efeitos proposta por Toffoli.

Embora as correntes de Toffoli e Zanin somem sete votos, a ausência de identidade entre as teses impede a formação de maioria qualificada para a fixação de tese vinculante. O Tribunal foi unânime, porém, em reconhecer que, no caso concreto, a multa de 40% prevista na legislação de Rondônia é desproporcional e inconstitucional. A proclamação do resultado estava prevista para 26 de novembro, mas não foi concluída, e ainda não há nova data definida para a reinclusão do processo em pauta.

ARE 1.540.517 (TEMA 1.440) – TRIBUTAÇÃO DE STOCK OPTIONS PELO IRPF

Em 26 de novembro, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Tema 1.440, que analisava se a incidência de IRPF sobre planos de stock options configuraria questão constitucional apta a justificar a fixação de repercussão geral. Por maioria, o Tribunal entendeu que a matéria possui natureza infraconstitucional, afastando a repercussão geral e, consequentemente, inviabilizando sua análise de mérito pelo STF.

Prevaleceu o voto do relator, ministro Edson Fachin, para quem a controvérsia não apresenta questão constitucional relevante. Acompanharam-no os ministros André Mendonça, Flávio Dino, Dias Toffoli, Luiz Fux e Nunes Marques. Divergiram os ministros Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, que reconheciam a existência de matéria constitucional. A ministra Cármen Lúcia não se manifestou.

Com essa decisão, mantém-se o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça no Tema 1.226 (REsp 2.069.644/SP), segundo o qual os planos de stock options têm natureza mercantil. Assim, não há incidência de IRPF no momento do exercício da opção, sendo a tributação devida apenas na eventual alienação das ações, como ganho de capital.

Vale lembrar que permanece pendente no STJ o julgamento do Tema 1.379 (REsp 2.070.059/SP), que discutirá a eventual incidência de contribuições previdenciárias e de terceiros sobre tais planos, ainda sem data definida.

Com o posicionamento firmado pelo STF, a discussão sobre a tributação de stock options permanece definitivamente restrita ao âmbito infraconstitucional, reforçando a prevalência e a estabilidade da jurisprudência do STJ sobre o tema.

AUTORREGULARIZAÇÃO INCENTIVADA – RECURSO ESPECIAL Nº 2.236.290/RJ - SEGUNDA TURMA DO STJ

O Superior Tribunal de Justiça analisou pela primeira vez a possibilidade de os contribuintes incluírem débitos tributários com vencimento original posterior à publicação da Lei nº 14.740/2023 no programa da autorregularização incentivada.

A Lei nº 14.740/2023 instituiu o programa de autorregularização incentivada, possibilitando que os contribuintes regularizassem os débitos tributário não constituídos até a publicação da lei e que viriam a ser constituídos até termo final do prazo de adesão.

A Receita Federal do Brasil (RFB) regulamentando o programa de autorregularização, publicou em seu sítio eletrônico um documento intitulado de “Perguntas e Respostas”, por meio do qual estabeleceu a data do vencimento original do tributo como limite temporal para a inclusão do débito no programa.

Desse modo, os contribuintes pleitearam perante o Poder Judiciário o afastamento do limitador temporal supostamente não previsto em lei (data do vencimento original do tributo), tendo em vista que o critério adotado pela Lei nº 14.740/2023 foi a data da constituição do crédito tributário e não o vencimento original.

A controvérsia entre fisco e contribuintes circulou por todos os Tribunais Regionais Federais até chegar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que no julgamento do Recurso Especial nº 2.236.290/RJ, a Segunda Turma deu provimento ao recurso fazendário para validar o limitador temporal instituído pelo “Perguntas e Respostas” da RFB, sob o fundamento de que por se tratar de anistia (exclusão do crédito tributário), a lei somente abrange fatos anteriores à publicação da lei.

PRAZO PRESCRICIONAL PARA A UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS RECONHECIDOS POR DECISÃO JUDICIAL – RECURSO ESPECIAL Nº 2.178.201/RJ - SEGUNDA TURMA DO STJ

A Segunda Turma do STJ julgou os embargos de declaração do contribuinte e reafirmou que o prazo para a utilização do crédito reconhecido em decisão judicial se extingue em 5 (cinco) anos contados do trânsito em julgado da ação judicial.

Em maio de 2025, a Segunda Turma do STJ havia dado parcial provimento ao recurso especial da Fazenda Nacional para reconhecer a prescritibilidade dos créditos reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, contrariando a orientação jurisprudencial que vigorava nos Tribunais Regionais Federais.

Em seus fundamentos, a Segunda Turma do STJ entende que a imprescritibilidade dos créditos implicaria em “inadmissível a transmutação da sistemática da compensação tributária em aplicação financeira”, já que os créditos são atualizados pela taxa Selic, mas os rendimentos não são tributados pelo IRPJ/CSLL, conforme definiu o STF no julgamento do tema de repercussão geral nº 962.

Até esse momento, os TRFs entendiam que os contribuintes tinham o prazo de 5 (cinco) anos para transmitirem a primeira PER/DCOMP, momento em que exerceria o seu direito de restituição, podendo utilizar os créditos até o seu efetivo esgotamento.

Após o julgamento do recurso especial, os embargos de declaração foram opostos para esclarecer se o prazo prescricional de 5 anos para utilização dos créditos se inicia a partir do trânsito em julgado ou a partir da transmissão da primeira PER/DCOMP.

Em julgamento, a Segunda Turma do STJ reafirmou que o contribuinte possui o prazo de 5 (cinco) anos para habilitar e esgotar a utilização dos créditos reconhecidos em decisão judicial, sendo que referido prazo apenas suspende durante a análise do pedido de habilitação.

INCIDÊNCIA DE IOF SOBRE OPERAÇÕES DE CONTA CORRENTE ENTRE EMPRESAS: DIVERGÊNCIA NO CARF

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) apresentou, recentemente, decisões divergentes sobre a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em operações de conta corrente entre empresas do mesmo grupo econômico, o que reforça a importância de uma análise cuidadosa, especialmente diante da tendência historicamente desfavorável ao contribuinte.

No Acórdão 3302-015.193, o CARF manteve a exigência de IOF sobre operações de crédito registradas em contas de “conta corrente entre empresas” e “empréstimos em contratos de mútuo”. O relator destacou que a incidência do IOF ocorre independentemente da forma como os recursos são disponibilizados e da relação de controle ou coligação entre as empresas envolvidas, reafirmando a posição histórica do órgão em casos de operações intragrupo que se assemelhem a mútuos.

Em contraste, o Acórdão 3301-014.486 resultou em decisão favorável ao contribuinte. Nesse caso, o contrato de conta corrente previa que não haveria credor ou devedor entre as partes antes da apuração do saldo anual, permitindo fluxo multidirecional de recursos típico desse tipo de contrato. A análise contábil demonstrou que o saldo da conta passiva era periodicamente zerado e transportado para a conta ativa, refletindo o movimento real dos recursos. O relator entendeu que, diante dessas características, não se tratava de mútuo, afastando a incidência do IOF sobre as operações.

É importante destacar que ambas as decisões ocorreram após o entendimento do STF (RE nº 590186/RS), que firmou a constitucionalidade da incidência de IOF sobre mútuos entre pessoas jurídicas ou entre pessoa jurídica e pessoa física, independentemente da atuação de instituições financeiras. O STF, contudo, delimitou que a caracterização de contratos de conta corrente como mútuo deve ser analisada pelas instâncias ordinárias, à luz das cláusulas contratuais e do fluxo financeiro efetivo.

Apesar do precedente favorável, o CARF continua majoritariamente a decidir pela tributação das operações intragrupo que se assemelhem a mútuos. Assim, a incidência do IOF ainda depende da análise do contrato, do fluxo real de recursos e dos registros contábeis. A divergência recente não altera essa tendência, reforçando a necessidade de que a documentação demonstre claramente a natureza da operação.

CARF AFASTA CIDE EM ACORDOS DE COST SHARING COM O EXTERIOR

O CARF, em decisão unânime no Acórdão nº 3401-013.920, afastou a incidência de CIDE sobre remessas realizadas no âmbito de acordos de cost sharing com empresas do exterior. O colegiado alinhou-se à Solução de Consulta COSIT nº 149/2021, reconhecendo que, quando observados critérios de proporcionalidade, documentação adequada e ausência de margem de lucro, os pagamentos caracterizam meros reembolsos de despesas administrativas, não configurando remuneração por transferência de tecnologia ou prestação de serviços técnicos.

No caso analisado, as despesas compartilhadas envolviam atividades de apoio gerencial e administrativo, como finanças, sistemas, recursos humanos, marketing e jurídico, além de remessas pontuais relacionadas a pesquisa de mercado e treinamento. Também foram discutidos pagamentos classificados como royalties vinculados ao modelo de negócios do grupo, mas sem conteúdo tecnológico. O CARF concluiu que tais valores não se enquadram na hipótese de incidência prevista na Lei nº 10.168/2000, por não implicarem cessão de know-how, assistência técnica ou transferência de tecnologia.

Nesse sentido, a decisão fundamentou-se em critérios adotados pela OCDE e pela RFB, segundo os quais os valores destinados ao exterior são afastados da tributação quando as despesas reembolsadas correspondem a bens e serviços efetivamente recebidos e pagos, são usuais e necessários às atividades das empresas, o rateio se realiza por critérios razoáveis e previamente formalizados, a contabilidade da empresa centralizadora mantém registros detalhados, não há qualquer margem de lucro no reembolso e não há pagamento por serviços prestados.

A decisão reforça a tendência de maior segurança jurídica para estruturas legítimas de compartilhamento de custos, desde que sustentadas por documentação robusta, critérios objetivos de rateio e ausência de lucro na centralização.

PROCESSOS Nº 15746.720296/2020-94 E Nº 13896.720077/2020-66 – PERDAS NÃO TÉCNICAS – DEDUÇÃO INDEPENDENTE DE LIMITE REGULATÓRIO DA ANEEL

A 1ª Turma da Câmara Superior decidiu, por ampla maioria (9 a 1), que todas as perdas não técnicas, inclusive aquelas superiores aos limites fixados pela Aneel, são dedutíveis na apuração do IRPJ e da CSLL. O colegiado reconheceu que tais perdas constituem custo operacional inerente à atividade de distribuição de energia, independentemente de seu enquadramento regulatório.

O relator, conselheiro Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, afirmou que a dedutibilidade não pode ser condicionada aos parâmetros tarifários da Aneel, pois as perdas decorrentes de furtos, fraudes e consumos irregulares são fenômenos estruturais do setor e não suscetíveis de mensuração individualizada. Conselheiros que acompanharam o relator pelas conclusões reforçaram que o limite regulatório tem finalidade estritamente tarifária, não devendo ser transposto para o âmbito fiscal.

A divergência, vencida, foi apresentada pela conselheira Edeli Pereira Bessa, para quem a ausência de controles contábeis individualizados impossibilitaria o reconhecimento das perdas como despesa dedutível.

A decisão consolida o entendimento firmado em setembro no caso Light S.A., ao reiterar que a dedutibilidade abrange tanto as perdas técnicas quanto as não regulatórias, afastando a vinculação entre limites tarifários e tratamento fiscal.

PROCESSO Nº 10340.720654/2023-51 – EFD-CONTRIBUIÇÕES – TURMA AFASTA EXIGÊNCIA DE RETIFICAÇÃO PARA CRÉDITO EXTEMPORÂNEO DE PIS/COFINS

A 1ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção do CARF decidiu, por maioria, que a retificação da EFD-Contribuições não constitui requisito para o aproveitamento de créditos extemporâneos de PIS e Cofins.

A discussão concentrava-se na Súmula CARF nº 231, que condiciona o aproveitamento de créditos à retificação da DCTF e do Dacon – obrigações substituídas, desde 2012, pela EFD-Contribuições. O contribuinte sustentou que a escrituração digital possui detalhamento e rastreabilidade suficientes para o controle fiscal, dispensando retificação formal.

Prevaleceu o voto do relator, conselheiro Bruno Minoru Takii, para quem a Súmula 231 não se aplica a fatos geradores posteriores à implementação da EFD-Contribuições. Segundo o relator, exigir nova entrega da escrituração digital configuraria excesso de formalismo e poderia resultar em retenção indevida de valores já reconhecidos como créditos legítimos.

PROCESSO Nº 15746.727173/2022-46 - CRÉDITO DE PIS/COFINS – CUSTOS COM GARANTIAS EM MONTADORAS SÃO CONSIDERADOS ESSENCIAIS

A 1ª Turma da 2ª Câmara da 3ª Seção do CARF reconheceu, por unanimidade, que os custos suportados pela General Motors com garantias de peças e componentes dos veículos produzidos configuram despesas essenciais à atividade da montadora, ensejando a apuração de créditos de PIS e Cofins. A decisão reforma entendimento da DRJ, que havia glosado tais créditos sob o argumento de que a garantia se vinculava exclusivamente ao pós-venda, não guardando relação direta com o processo produtivo.

A contribuinte sustentou que a prestação de garantias decorre de obrigação legal imposta pelo Código de Defesa do Consumidor, integrando o ciclo econômico de fornecimento de bens duráveis. O colegiado acolheu essa linha argumentativa, concluindo que a assistência técnica é elemento intrínseco à atividade industrial, de modo que os custos a ela relacionados atendem ao critério de essencialidade exigido pela legislação de créditos.

Por outro lado, a Turma manteve, também por unanimidade, a glosa dos créditos relativos a incentivos comerciais concedidos às concessionárias — como campanhas promocionais, eventos e apoio financeiro. Esses dispêndios foram considerados estratégicos e acessórios, não configurando insumos indispensáveis à produção ou à comercialização.

FALE CONOSCO

Nossa Newsletter tem o objetivo de manter atualizados nossos clientes com as últimas notícias e alterações regulatórias do setor tributário. Para aconselhamento jurídico detalhado, entre em contato com a nossa equipe especializada:

TIME TRIBUTÁRIO



ANDRÉ MELO

SÓCIO

andre.melo@cesconbarrieu.com.br



CAMILA BACELLAR

SÓCIA

camila.Bacellar@cesconbarrieu.com.br



HENRIQUE DE PALMA

SÓCIO

henrique.palma@cesconbarrieu.com.br



HUGO LEAL

SÓCIO

hugo.leal@cesconbarrieu.com.br



MAURICIO BARROS

SÓCIO

mauricio.barros@cesconbarrieu.com.br



ROBERTO BARRIEU

SÓCIO

roberto.barrieu@cesconbarrieu.com.br



RODRIGO BEVILAQUA

SÓCIO

rodrigo.bevilaqua@cesconbarrieu.com.br

